

REFORMA AGRÁRIA E PAISAGEM EM ASSENTAMENTOS PIAUIENSES

Waldirene Alves Lopes da Silva

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Líder do Programa PRONERA/Piauí

E-mail: cosmografiaw@hotmail.com

Resumo

Apoiando-nos em dois estudos de caso - Assentamentos Marrecas e Lisboa em São João do Piauí, como locus de análise do encontro entre a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST (em prol da consolidação da Reforma agrária) e o ambiente natural do semiárido, obtivemos a constatação de que, a diversidade de origens e bagagens de vida do(a)s sujeito(a)s apresenta-se como ponto fundamental na construção da relação destes com a natureza local. Para tanto, foram necessários o uso de revisão bibliográfica e pesquisa de campo sob uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Semiárido; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST); Paisagem; Piauí.

AGRARIAN REFORM AND LANDSCAPE IN SETTLEMENTS IN PIAUÍ

Abstract

Based on two case studies - “Assentamentos” “Marrecas” and “Lisboa” in “São João do Piauí”, as the locus of the analysis on the interface between the MST organization “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (group for the consolidation of agriculture reforms in Brazil) and the natural environment of semiarid region, we found that the diversity of origins and life baggage of the subjects is presented as a fundamental point in the construction of their relationship with the local nature. In this study it was necessary to made a state of art and field works, under a qualitative approach.

Keywords: Semiarid; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST); Landscape; Piauí.

Introdução - Aspectos da paisagem semiárida no contexto piauiense

O Piauí é um estado que teve seu semiárido também marcado com as ocorrências de períodos de seca e das repercussões econômicas, políticas e sociais que daí derivam. Aqui, destacamos o pensamento de Silva (2008, p.31) que afirma:

Não é possível uma compreensão da realidade atual do semiárido brasileiro sem considerar a intervenção governamental decisiva para a ocupação e formação socioeconômica daquele espaço. Desde o período colonial, os governos adotaram medidas de incentivo à ocupação, povoamento e exploração econômica do Semiárido.

Com efeito, o Estado do Piauí vem desde 1849 passando por um dinâmico processo de análise da configuração político-administrativa conforme as modificações propostas em nível macro da regionalização brasileira. Atualmente o estado possui configuração consolidada, salvo as terras em litígio a leste do estado.

Espacialmente, seus limites são com o Oceano Atlântico (Norte), estados do Ceará, Pernambuco, Bahia (Leste), Tocantins (Sul) e Maranhão (Oeste). Do ponto de vista geológico, observamos uma área interna embasada geologicamente nos grupos Salgueiro, Colomi, Caraíba e Jaibas e, nas formações Serra Grande, Pimenteiras, Cabeças, Longá, Poti, Piauí, Pedra de fogo, Sambaíba, Orozimbo, Itapecuru, Barreiras, Serra da Tabatinga, Aluviões, Dunas e Afloramentos de basalto. Tais embasamentos promovem as características do relevo no estado indicando a presença de planaltos e planícies em seu território (BAPTISTA, 1981).

Ante isso, Lima (1987), traz a leitura do relevo piauiense partindo da compartimentação regional nas unidades morfoestruturais: embasamento cristalino pré-cambriano; sedimentos paleozoicos da bacia sedimentar do Maranhão – Piauí; sedimentos terciários da formação barreiras e sedimentos costeiros quaternários. Destas, o cristalino pré-cambriano representa a continuidade do escudo nordestino no contato sul/sudeste com a bacia sedimentar do Maranhão-Piauí, envolvendo o total de 15% da área do estado do Piauí.

Com isso, temos os seguintes compartimentos regionais de relevo no estado: depressões periféricas, chapadões do alto-médio Parnaíba, planalto oriental da bacia sedimentar do Maranhão, baixos planaltos do médio-baixo Parnaíba, tabuleiros litorâneos e planície costeira. Nunes (1996) indica para o Piauí a existência de duas grandes províncias geológicas: terrenos sedimentares, estendendo-se por 80% da área do estado e, a outra de terrenos metamórficos pré-cambrianos a sudeste do estado.

Esta última, constituída pelo grupo salgueiro e caraíba, pode gerar cristas e serrotes na faixa localizada a sul-sudeste, com a divisa dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia e, diante disso, Brandão e Monte (1996) enfatizam o panorama climático para o estado em interação com tais características, recorrendo ao modelo de balanço hídrico, o que leva ao entendimento de que o Piauí possui uma predominância de climas secos do tipo subúmido e semiárido, com irregularidade das chuvas, não estando, entretanto, incluído nas áreas mais críticas do polígono das secas.

Diante deste panorama, cabe destacar a presença do aquífero Serra Grande como fonte de água subterrânea propensa a artesianismo, como promessa de recurso aos habitantes do sertão piauiense (ALENCAR; RODRIGUES; CASTRO, 2012), fato que ocorre na região dos assentamentos em estudo.

Considerando estas unidades, podemos destacar duas delas como espaços de transição de contato no ambiente semiárido: chapadas sedimentares, pediplano dissecado e, duas contendo áreas nucleares: patamares estruturais e a depressão periférica e interplanáltica.

Observando tais destaques, é possível inferir a magnitude da presença do domínio semiárido como abrigo dos sertões no estado, tanto que em 21 de janeiro de 2004, o governo do Piauí reconheceu a existência de 150 municípios localizados em região semiárida por meio do Decreto-lei estadual nº 11.222.

Com isso, a extensão territorial do ambiente semiárido no estado atinge cerca de 156.241,25 km², equivalendo a 62% do território total deste estado, que é composto por 224 municípios, dos quais 150 municípios compõem a área de atuação do Programa Permanente de Convivência com o Semiárido no Piauí o qual tornou-se posteriormente, Coordenadoria de Convivência com o Semiárido.

Cabe acrescentar que por meio da Lei complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que dividiu o estado em 4 macrorregiões, 11 territórios de desenvolvimento e 28 aglomerados de municípios, são identificados pelo menos quatro destes territórios envolvendo ambientes caracteristicamente semiáridos. Posteriormente também foi acrescentado o 12º território por atualização da Lei Estadual nº 6.967/2017.

Trata-se de uma divisão proposta pelo governo do Estado como política territorial baseada em parâmetros socioeconômicos, técnicos, de vocações produtivas, culturais e ambientais tendo o intuito de, por meio de um Plano de ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), alavancar o crescimento da economia regional e melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais (BRASIL, 2006).

Esta divisão gerou ao longo da bacia hidrográfica do rio Parnaíba os seguintes territórios de desenvolvimento: Território da Planície Litorânea, Território dos Cocais, Território dos Carnaubais, Território Entre Rios, Território Vale do rio Sambito, Território Vale do rio Guaribas, Território Vale do rio Canindé, **Território Serra da Capivara**, Território Vale dos rios Piauí e Itaueiras, Território dos Tabuleiros do Alto Parnaíba e Território da Chapada das Mangabeiras e Território Chapada Vale do Rio Itaim.

Isto permitiu detectar como integrantes da macrorregião do semiárido piauiense: Território Vale do rio Guaribas, Território Vale do rio Canindé, Território Vale do rio Sambito, Território Chapada Vale do Rio Itaim e Território Serra da Capivara, apresentando singularidades mas também atividades e problemas comuns como: baixo índice de desenvolvimento humano, dificuldades de acesso à água em populações mais pobres,

dependência do período chuvoso, dificuldades de acesso à terra, à saúde, à educação e ao saneamento básico (ALENCAR, 2010).

Assim como em relação a definição e características do semiárido, uma bacia hidrográfica também apresenta o paralelismo entre características convergentes e características específicas em função de condições naturais e sociais diferenciadas em determinados segmentos de seu espaço. A definição de bacia hidrográfica estabelecida por Guerra e Guerra (2010, p. 76) nos permite compreendê-la melhor:

trata-se de um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes. Nas depressões longitudinais se verifica a concentração das águas das chuvas, isto é, do lençol de escoamento superficial, dando o lençol concentrado: os rios. A noção de bacia hidrográfica obriga naturalmente a existência de cabeceiras ou nascentes, divisores de água, cursos d'água principais, afluentes, subafluentes etc.

A abrangência do rio Parnaíba enquanto bacia hidrográfica no Piauí e nos estados vizinhos do Maranhão e Ceará, os quais fornecem afluentes importantes a esta bacia hidrográfica, evidencia o valor do seu uso como referencial de regionalização para o Piauí uma vez que se estende, senão diretamente por seu curso mas indiretamente por seus afluentes e subafluentes, de norte a sul e do leste ao oeste do estado, propiciando em associação com os demais fatores físicos, as características que estabelecem o meio natural local e a diversidade ambiental em toda a sua extensão.

Assim, a finalidade do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do rio Parnaíba de compatibilizar uma base temática de informações físico-ambientais e socioeconômicas, além daquelas referentes à infraestrutura, tornou-se a despeito das demais divisões político-administrativas oficiais para o estado, a que melhor pôde contribuir com o intuito desta pesquisa, que busca o entendimento sobre a configuração da paisagem em assentamentos da reforma agrária, em específico daqueles coordenados pelo MST no Semiárido piauiense.

Dentre estes, os territórios: Carnaubais, Cocais, Entre Rios, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Vale do Canindé, Vale do Guaribas e Vale do Sambito são identificados também como territórios rurais (MDA, 2010) por aglomerarem requisitos como: concentrar agricultores familiares, famílias assentadas por programas da reforma agrária e famílias de trabalhadores rurais sem-terra (mobilizados ou não).

Além disso, os municípios possuem densidade e atividade de capital social, convergência de interesses institucionais (participação da sociedade civil e governos

estaduais, presença de projetos e planos de desenvolvimento em âmbito regional) bem como, de áreas prioritárias para ação do governo federal nos estados, como lembra Geraldi (2014).

Assim dentre tal configuração, elencamos o município de São João do Piauí no Território Serra da Capivara, como lócus de nossa pesquisa, por considerar a total inserção de sua localização na região semiárida do estado, caracterizada pelas feições do domínio morfoclimático semiárido piauiense e por abrigar os dois primeiros assentamentos do MST no estado.

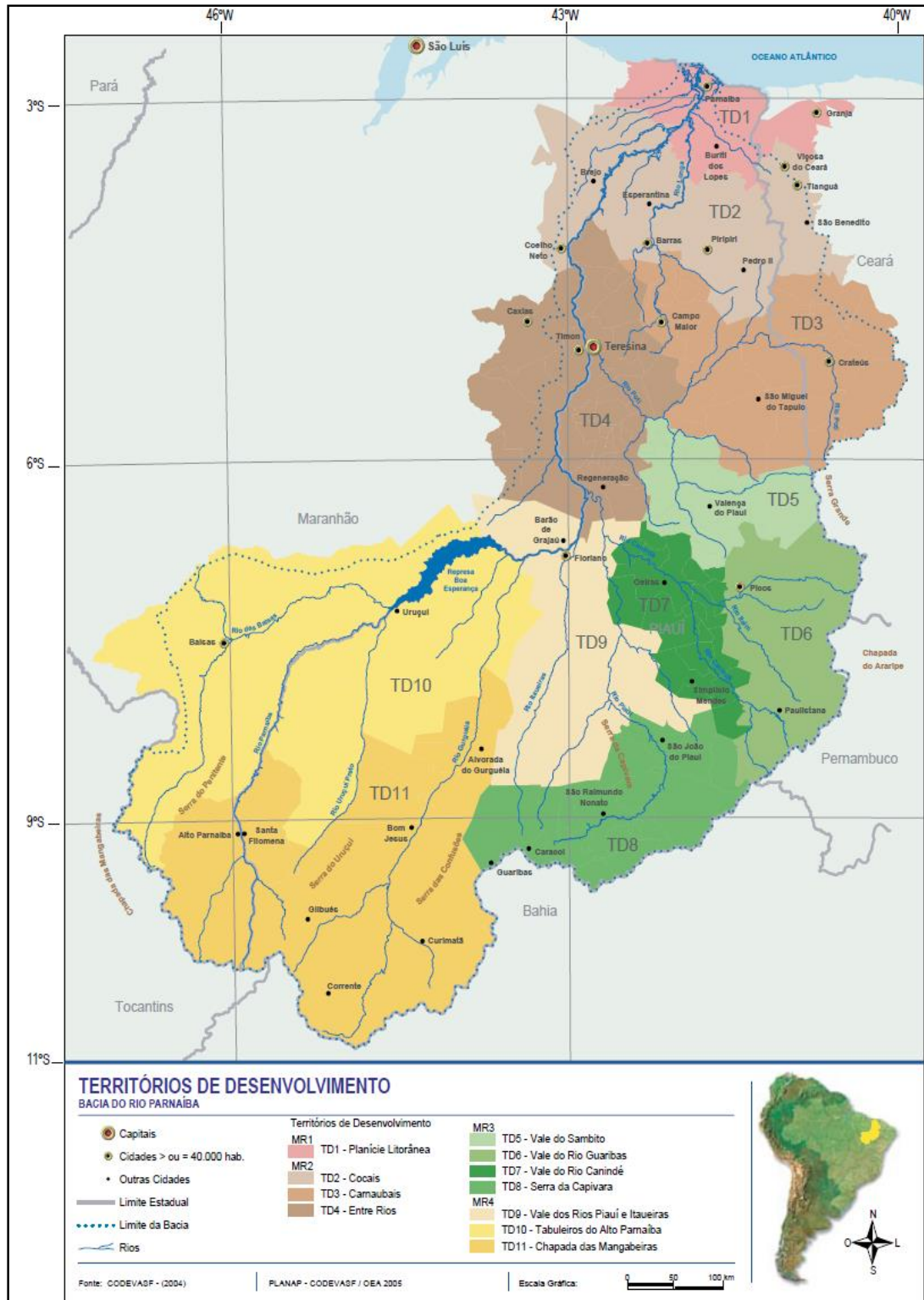
Diante disso, as Figuras 1 e 2 a seguir permitem situar espacialmente os assentamentos estudados, primeiramente no território de desenvolvimento e em seguida no âmbito da localização no município.

O território de desenvolvimento em estudo está representado, em termos de área, pelo aglomerado 18 no Território Serra da Capivara (TD 08). Este aglomerado tem como municípios integrantes: Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio de Oliveira, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, João Costa, Lagoa do Barro do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí e São Raimundo Nonato, este último, sede do aglomerado.

No Território Serra da Capivara, as características naturais podem expressar nitidamente as feições das áreas nucleares de semiárido no Piauí. Fato corroborado também, pela consulta aos mapas físicos constantes do Atlas do Piauí. As mesmas, foram sintetizadas no Quadro 1 para que se tenha uma noção panorâmica dos fatores que dialogam com a presença da sociedade sertaneja em São João do Piauí e, por conseguinte, nos Assentamentos Marrecas e Lisboa mais especificamente.

Existe assim, a ocorrência de solos originados no contexto de um mosaico geológico que apresenta a ocorrência das formações: Cabeças, Pimenteiras, Serra Grande e Grupo Salgueiro, podendo ocorrer desde águas pouco profundas (menos de 50m) a águas em sistema de fraturas, situação confirmada com a presença do Aquífero Serra Grande. A Figura 3 a seguir indica os tipos climáticos que interagem com tal geologia ao longo da bacia do Rio Parnaíba.

Figura 1 - Territórios de desenvolvimento para a bacia do rio Parnaíba-PI



Fonte: Atlas do PLANAP (2006)

Figura 2 - Localização do Território de Desenvolvimento Serra da Capivara na Bacia do Rio Parnaíba (TD 8), Piauí. Localização dos assentamentos em estudo no Aglomerado 18.

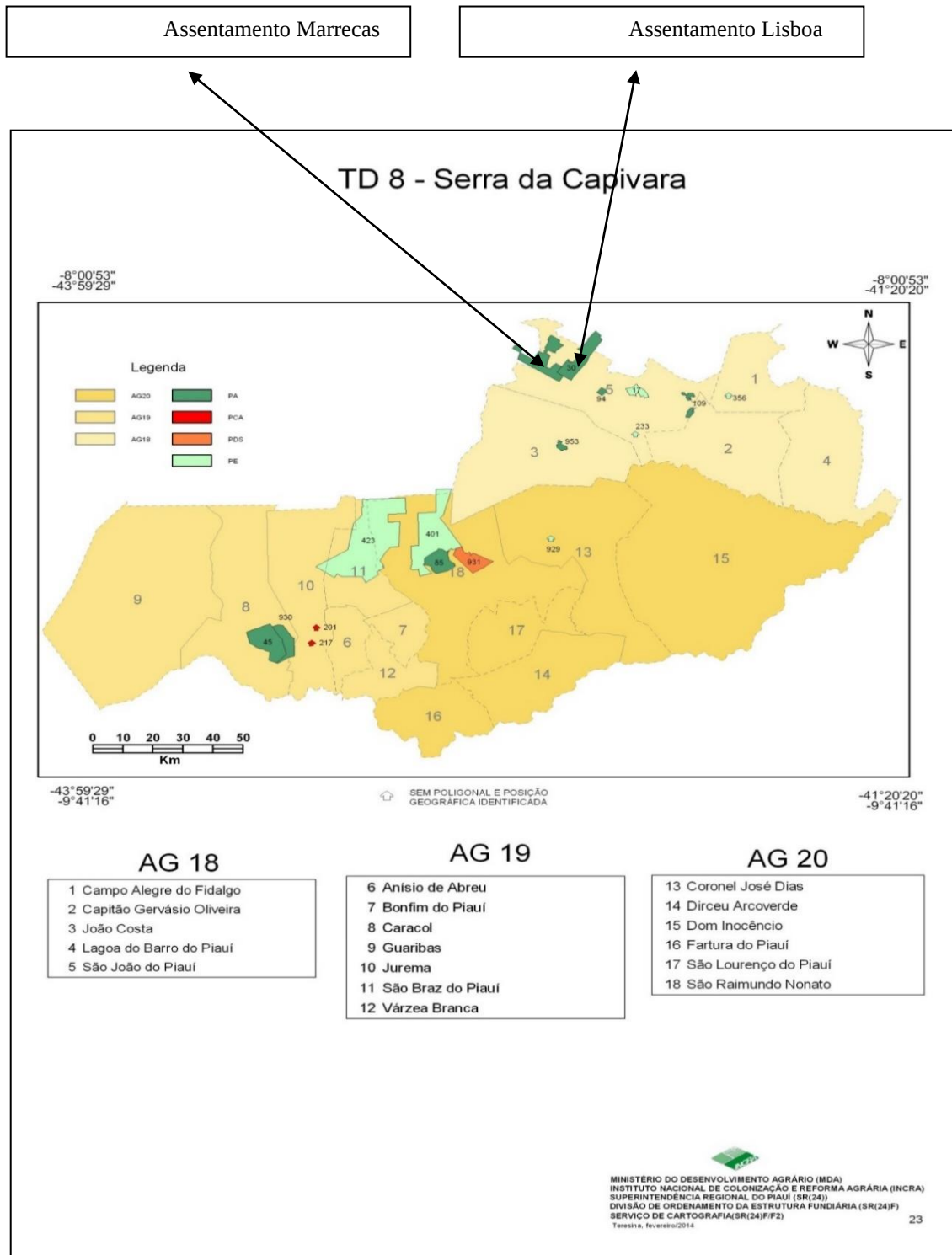
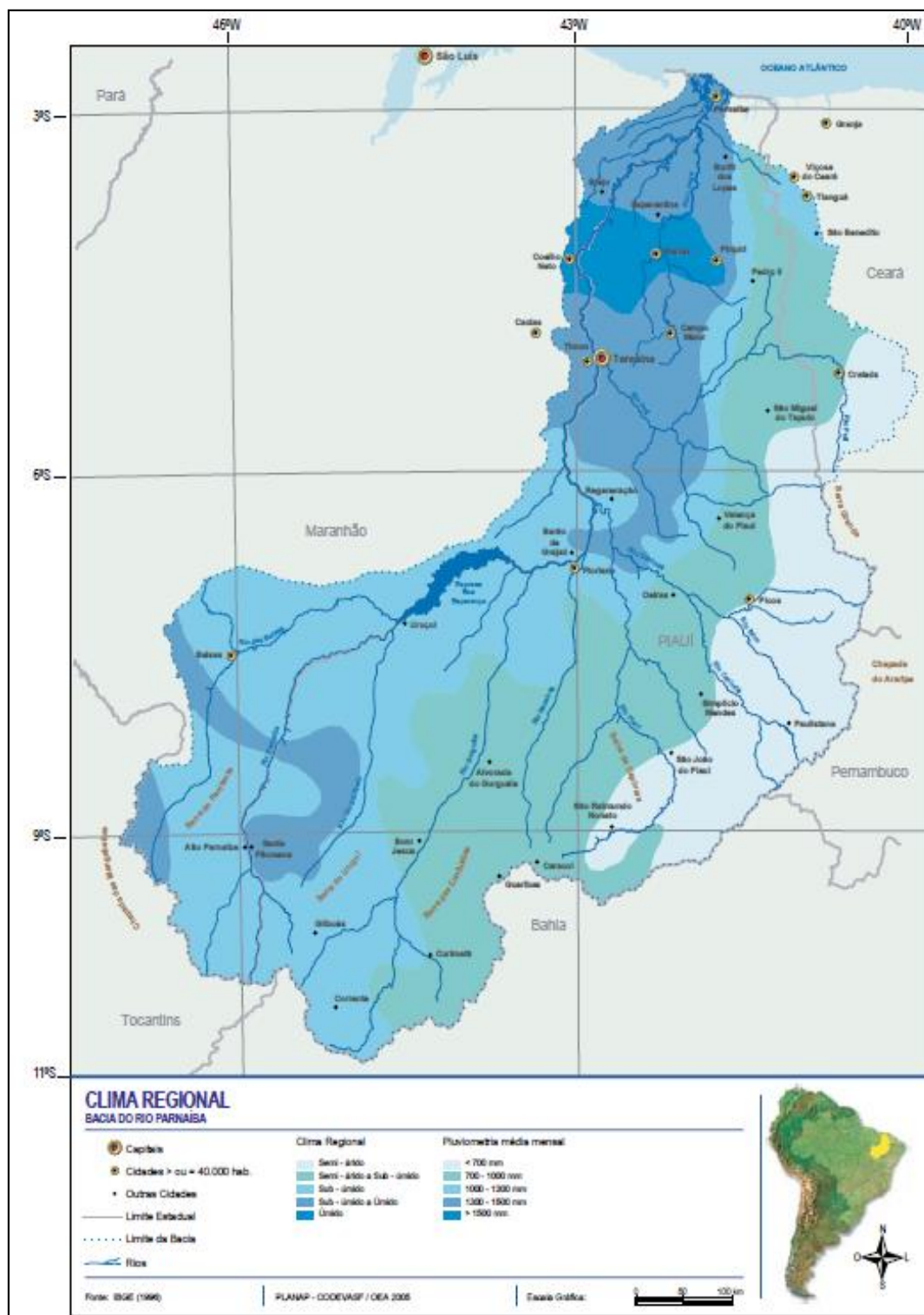


Figura 3 – Tipos climáticos na bacia do rio Parnaíba.



Fonte: Atlas do PLANAP (2006)

Quadro 1 - Características naturais da área em estudo

SEGMENTO	CARACTERÍSTICAS
GEOLOGIA	Formação cabeças, Pimenteiras, Serra Grande e Grupo Salgueiro
MORFOESTRUTURAS	Pediplanos dissecados e a depressão periférica interplanáltica.
SOLOS	Solos com horizonte B textural em solos litólicos vérticos com bruno não cálcico e podzólico vermelho-amarelo eutrófico.
CLIMA	Semiárido
ALTIMETRIA	200 e 400 m
BACIA HIDROGRÁFICA	Sub-bacia do Piauí-Canindé
RECURSOS NATURAIS	Caatinga arbustiva e arbórea como principal formação vegetal.
MANEJO DE SOLO	Terras não indicadas para uso agrícola

Fonte: Adaptado de Atlas do Piauí (1990)

No Atlas do Piauí, a região equivalente ao Território Serra da Capivara, que abriga o município de São João do Piauí, apresenta as seguintes características climáticas: semiárido quanto à umidade efetiva, megatermal do tipo 2 e 3 quanto ao índice de aridez, e com nenhum excesso de água quanto à umidade.

Situando-se em uma região que apresenta como unidades morfoestruturais a interface entre pediplanos dissecados e a depressão periférica Inter planáltica com ocorrência de altitudes entre 200 e 400 m, o Território Serra da Capivara abriga a sub-bacia hidrográfica do Piauí-Canindé, que tem a drenagem intermitente direcionada ao encontro com o rio Parnaíba pelo seu lado direito. Quanto aos recursos renováveis, consolida o domínio da vegetação da caatinga, destacando-se a caatinga arbustiva e arbórea como principal formação vegetal.

Cabe ressaltar que em relação à indicação de manejo de solos, a área é tida como de terras não indicadas para uso agrícola (FUNDAÇÃO CEPRO, 1990), o que aparece de modo no mínimo, inquietante, já que historicamente a região é utilizada para a agricultura e a criação de rebanhos, o bovino inclusive.

Os efeitos disso tudo na paisagem, remete às feições do semiárido que Ab'Sáber (2003) constrói dialogando com Hargreaves e com a terminologia popular: o semiárido acentuado, rústico, moderado e de transição traduzido pelo sertanejo em sertão bravo, alto, caatingas agrestadas e agrestes, conforme a presença ou ausência de umidade, e suas repercussões para a vegetação como apresentam as Fotos 1 e 2.

Foto 1 - Feições de alto sertão no assentamento Marrecas em São João do Piauí



Fonte: Acervo particular de Waldirene Alves Lopes da Silva (2012)

Foto 2 - Feições de sertão moderado no Assentamento Marrecas em São João do Piauí.



Fonte: Acervo particular de Waldirene Alves Lopes da Silva (2012)

Dialogando com Andrade, Ross e Ab’Sáber e observando a paisagem no município de São João do Piauí, encontramos situações parecidas com as que ocorrem na região do Cariri cearense, mas com efeito diverso.

Diferente do acúmulo de umidade que lá promove a formação de vários olhos d’água e riachos ao sopé da serra, o terreno cristalino e o solo de camada pouco espessa apenas propiciam, como alternativa, a formação dos caldeirões (irregularidades nas rochas capazes de acumular a água do período chuvoso) nas áreas da Serra da Capivara e entorno regional, assim como alguns brejos e lagoas remanescentes de água da chuva.

Fora isso, tem-se como principal provedor de umidade a água subterrânea aos que podem perfurar poços (como no caso dos assentamentos em estudo) e o rio Piauí, rio de natureza intermitente, mas dotado de um leito com vários barramentos que originaram a barragem Petrônio Portela em São Raimundo Nonato e a Barragem Jenipapo em São João do Piauí.

As Fotos 3 e 4 indicam claramente a necessidade de intervenção para assegurar o acesso ao bem hídrico, já que suas maiores fontes são o rio Piauí e os poços perfurados por ação privada e também do Estado.

Foto 3 - Barramento do rio Piauí no Assentamento Lisboa em São João do Piauí



Fonte: Acervo particular de Waldirene Alves Lopes da Silva (2013)

Foto 4 - Leito do rio Piauí no assentamento Lisboa em S. João do Piauí



Fonte: Acervo particular de Waldirene Alves Lopes da Silva (2013)

Tal contexto remete às considerações de Carlos (2011), ao destacar que a noção de produção do espaço se dá a partir de conteúdos e determinações que nos levam a considerar os níveis da realidade como momentos da reprodução geral da sociedade.

A sociedade é o sujeito da ação consciente, o Estado é sujeito da ação de dominação política, o capital é sujeito de reprodução (industrial, comercial e financeira) continuada além dos sujeitos sociais que, com suas necessidades, promovem a realização da vida humana ao tomarem o espaço por condição, meio e produto de suas ações. Isto materializa a prática socioespacial real, produzindo lugares de conteúdo social gestado nas relações sociais, as quais são formadas em determinado espaço-tempo, em suas contradições enfim, chegando ao plano do lugar.

Assim, o lugar vai sendo composto e evidenciando elos indissolúveis entre os ciclos que se estabelecem na natureza e as relações que a sociedade ali consolida como no caso dos assentamentos piauienses elencados para este estudo.

Dialogando com isso, Martins (2003) afirma que o Piauí sempre teve os traços sociais associados ao campo. Isto sendo dado, ou pela predominância de população rural sobre a população urbana significando a retirada do sustento das atividades agrícolas, ou pelo fato de os núcleos urbanos manterem, historicamente, a condição de postos de comercialização

agrícola e pecuária, já que a agropecuária piauiense combina agricultura de subsistência com atividades voltadas para o mercado como a pecuária e o extrativismo.

A implantação de uma estrutura econômica e social na bacia do Parnaíba, ao final do séc. XVIII, apresenta e confirma traços que marcaram e consolidaram a evolução da economia e da sociedade a partir de fatores físicos diante da relação entre a implantação da estrutura produtiva do Estado e a economia açucareira em uma área considerada de transição entre Nordeste Oriental e Bacia Amazônica.

Aqui são destaque os recursos hidrográficos, a semiaridez e a umidade alta, além, da vegetação com pastos naturais, cocais, várzeas, caatingas arbóreas e arbustivas, cerrados e chapadões, possibilitando a criação de gado bovino e a coleta. Dessa forma, se deu a estrutura de produção colonial, bem como a evolução da economia e sociedade piauienses.

Entre 1660 e 1780 o devassamento e ocupação de terras com guerras de conquista gerou várias disputas entre posseiros e sesmeiros para ao final do séc. XVII ser implantada uma estrutura econômico-social mais estável. Assim, daí até os dias atuais, as terras do sertão piauiense vêm sendo ocupadas basicamente com atividades agrárias onde os principais detentores de terras são famílias com respaldo político ou econômico, além do próprio Estado, bastando observar os hábitos dos moradores urbanos do semiárido piauiense que estão sempre, ao menos semanalmente, deslocando-se para as suas “roças”. E, para além do empírico, a estrutura da sociedade colonial brasileira erigiu-se em uma base localizada fora dos meios urbanos. “[...] Não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais.” (HOLANDA, 1995. p.73), pois ao abrigar os fazendeiros, o meio rural abrigava também o poder emanado da propriedade das terras ao longo do tempo no país.

Ao considerarmos isto, Martins (2003) dá indícios de uma realidade de condições sociais e políticas rígidas demais para permitir a ocorrência de reestruturação fundiária e assistência técnica comprometida com pequenos produtores que se estenderia também às terras piauienses.

Encaminha-se aí a perspectiva de um processo de emigração que consolida um perfil de crises e impasses para o meio rural piauiense muito mais que de transformações, pois, o desenrolar dos impasses dados, inclusive referentes à implementação de uma reforma agrária dependem, conforme Martins (2003, p.194), tanto “[...] dos conflitos e inovações no campo, quanto da correlação de forças sociais no conjunto da sociedade piauiense”.

Acompanhando a trajetória de poder e autoritarismo dos sesmeiros, os fazendeiros e políticos iam sendo consolidados seus latifúndios e impondo à sociedade piauiense em geral, o distanciamento entre dois grupos: aquele que possuía terra e meios de produção e aquele composto pelos desprovidos de tais ferramentas e, conseqüentemente, sem representação social, política ou econômica. Isto se deu no decorrer dos séculos dezoito e dezenove (ABREU; NUNES, 1995).

Junto com isso, a grande propriedade se fortaleceu e tornou-se fator determinante na estrutura fundiária, bem como, sua tendência à improdutividade em função de um duplo processo vivido pela agropecuária piauiense: a redução de atividades dos grandes proprietários tradicionais (incapazes de concorrer com produtores mais dinâmicos de outras regiões) e o início de uma nova classe de proprietários modernos que tinham mentalidade empresarial, porém, de caráter suplementar neste cenário.

Sobre isto, Bandeira (1994) indica como principais tendências no meio rural piauiense na segunda metade do século 20:

- Predominância de unidades latifundiárias onde a força de trabalho era garantida pela entrega de parcelas a famílias não-proprietárias que limpavam e preparavam a terra para as lavouras temporárias de arroz, feijão e milho além de permitir o pastoreio do gado do latifundiário e pagar renda ao mesmo.
- Formação e crescimento da pequena produção pela divisão da pequena e média propriedade através da reprodução familiar (heranças) diante da dificuldade de acesso a novas terras.

As mudanças neste perfil se davam por meio da ação de programas governamentais que viabilizavam o acesso a crédito, assistência técnica e escoamento de produtos ligados ao criatório bovino e a culturas de ciclo produtivo maior.

Isto favorecia inclusive, o aumento de trabalhadores temporários e redução de arrendamentos nas grandes unidades bem como, a implantação de projetos agropecuários levando o nível técnico na agropecuária à melhoria e, o pequeno produtor, a um processo de proletarianização que teve como conseqüências sociais a intensificação de fluxos migratórios campo-cidade e o aumento dos conflitos no campo.

O estigma de “região problema” aplicado ao Nordeste tem como emblema (não só, mas principalmente) a ocorrência das secas; entretanto, para além da feição natural, as feições criadas na interface sociedade-natureza parecem indicar muito mais pistas para o

entendimento e reversão dos processos que se dão e caracterizam o Nordeste, o Piauí e o semiárido piauiense.

Assim, considerando que a agricultura é até os dias atuais atividade predominante no semiárido piauiense (o qual representa grande área no estado), cabe levantar um retrato do tratamento dispensado a esta atividade nesta região, onde, Vasconcelos e Monteiro (2009) já adiantam haver grande fragilidade nas políticas e ações implementadas tanto em nível federal, como estadual principalmente ao se destacar o segmento da agricultura familiar.

Para as autoras citadas:

- política pública é mecanismo para mudança social, promoção do bem-estar aos segmentos sociais e de distribuição de renda que promove a equidade social.;
- programas são meios para implementar as políticas, podendo estar ligados inclusive a mais de uma política pública e ser executados por mais de uma agência;
- projetos podem ser referentes às ações dentro dos programas.

Desta forma, apontam como principais representantes da intervenção estatal nas questões que envolvem o semiárido piauiense o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), Projeto ÁRIDAS e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de origem federal, voltados para o fornecimento de meios de produção às famílias rurais e o Programa Permanente de Convivência com o Semiárido-PPCSA (que deu origem à Coordenadoria de Convivência com o Semiárido), implementado pelo governo estadual, com ações de cunho principalmente educativo, gera construção de cisternas e barragens subterrâneas ante várias parcerias.

Porém Vasconcelos e Monteiro (2009) destacam também as Organizações Não Governamentais (ONGs), que vêm tendo um efetivo e importante papel na consolidação das políticas e programas direcionados ao semiárido piauiense como, a Cáritas Brasileira e o Projeto Dom Helder Câmara, ambos atuantes no Território Serra da Capivara.

Diante do debate conceitual apresentado até aqui, é possível formular alguns entendimentos acerca do nosso tema de estudo já que, o semiárido pode emitir em sua concepção o caráter de região natural, de território e de lugar. Assim, é região natural ao lembrar que sua constituição está ligada a um conjunto de circunstâncias que dependem dos processos cíclicos da natureza desde a dimensão global até a local considerando que a incidência solar e a circulação atmosférica são definitivas para a configuração do tipo climático de latitudes baixas das savanas tropicais que ocorrem nas Américas, na Ásia e Austrália, conforme Monteiro e Danni-Oliveira (2007).

Este tipo climático se apresenta no Brasil, enquanto domínio das depressões intermontanas e interplanálticas semiáridas, as quais se estendem pela região Nordeste. Entretanto, as feições locais nos três continentes não serão idênticas posto que Ab'Sáber (2003), indica a associação de vários fatores locais na configuração das feições, como no caso do Piauí.

O Piauí, como área ecotonal ou de transição entre ecossistemas e, consequentemente, de grande diversidade e variedade de ambientes (cerrado, matas e semiárido) pode evidenciar claramente o que Mendonça, Danni-Oliveira (2007) e Ab'Sáber (2003) dizem quanto à diversidade de feições no âmbito do semiárido. O semiárido das regiões em estudo apresenta tais feições. Diferentes conforme a presença de umidade nas localidades denunciadas “a olhos vistos” pela vegetação de caatinga arbustiva-arbórea e arbustiva que despontam na região e dentro dos assentamentos especificamente.

O semiárido piauiense se mostra como um ambiente em que o rural e a natureza possuem força em sua configuração, mas também fragilidades. Estas últimas são mais visíveis ao reconhecer a configuração da interface sociedade-natureza na composição do sertão.

Um sertão que deriva da consolidação de uma estrutura fundiária concentrada no estado e no seu semiárido em específico, da concomitante concentração do poder, dos meios de produção e das terras, dificultando o uso adequado e sustentável de seus recursos naturais, além do acesso a uma vida digna para seus habitantes, principalmente se notarmos que o atlas elaborado pelo órgão de pesquisas do estado do Piauí indica a “inaptidão” da região em estudo para as atividades agrícola e pecuária. Porém nos colocamos aqui, diante de uma população inteira que manteve ali a condição de agricultor familiar por gerações.

A configuração produtiva deste semiárido contradiz a afirmação anterior mostrando que é sim detentor de recursos naturais como clima e como domínio morfoclimático. É ainda fronteira produtiva, considerando que historicamente tem sido provedor de uma agropecuária comercial e de subsistência que se mantêm até os dias atuais mesmo com a ocorrência de processos que favorecem a emigração como o período de estiagem prolongada entre 2011 e 2013.

Tais usos vêm sendo feitos historicamente pelos habitantes que ali vivem e, neste contexto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária vem promovendo a implantação de número considerável de assentamentos neste semiárido. Tais territórios vêm se mantendo produtivos ao longo do tempo como nos casos de Marrecas e Lisboa.

Isto nos leva a inferir que, a redução do ambiente natural, das questões econômicas e dos conflitos sociais e políticos, à mera consequência da semiaridez ali configurada permitiu e consolidou equívocos como aquele que afirma ser o solo do semiárido piauiense inapto à agropecuária.

Estas considerações nos permitem ver o sertão e o semiárido nos assentamentos rurais do estado, como no caso daqueles que discutiremos no subitem a seguir pois, considerando o contexto do século vinte e um, desponta a necessidade de reconhecer a trajetória de outras categorias conceituais e sujeitos a serem considerados no semiárido piauiense que se constitui no Território Serra da Capivara e nos Assentamentos Marrecas e Lisbôa em São João do Piauí.

Os primeiros assentamentos do MST no Piauí: Marrecas e Lisboa

Discutir os primeiros assentamentos do MST no semiárido piauiense necessita que tomemos por base o que Camargo (2008) diz ao destacar que o espaço é acumulação desigual dos tempos e sua organização resulta do equilíbrio entre fatores de dispersão e concentração em dado momento da história no espaço. A organização do espaço é conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos na superfície terrestre, refletindo uma materialidade social. A paisagem geográfica é, assim, resultado cumulativo desses tempos.

O espaço é a totalidade e envolve dinâmica social e natural. Sua apreensão se dá por meio das categorias que o compõem: forma, processo, estrutura e função. O tempo é propriedade fundamental na relação entre as mesmas que, estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos, uma variável atua sobre a outra conhecendo uma evolução interna. As complexidades das inter-relações tornam inseparáveis as influências sobre um espaço.

Estas são premissas que não podemos perder de vista ao considerar que, o município de São João do Piauí tem atualmente, uma área de 1.527,773km² e abriga uma população de 19.548 habitantes. A figura que mostramos a seguir apresenta como está configurado o desenho da configuração espacial dos assentamentos Marrecas e Lisboa no município.

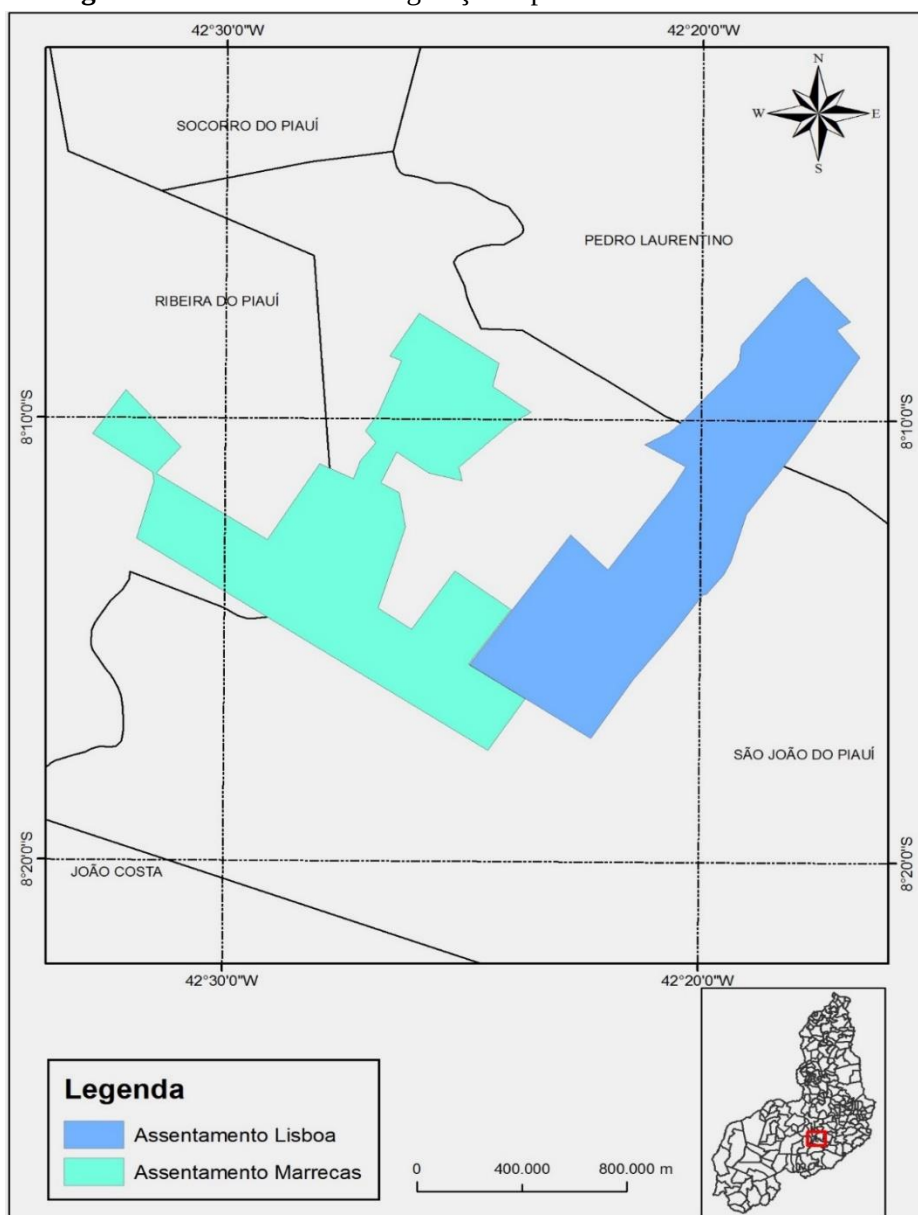
Sua cidade-sede tem origem ligada aos primórdios do “desbravamento” do Estado, pois a fazenda Malhada do Jatobá, de posse de Domingos Afonso Mafrense, passou a ser administrada por jesuítas baianos, que construíram a capela de São João Batista à margem esquerda do rio Piauí no ano de 1711.

Em 1953, tornou-se distrito de São Raimundo Nonato. A condição de cidade-sede do município somente viria em 1906 por lei estadual. Depois disso, alguns distritos foram a ela

anexados e outros desmembrados, permanecendo a configuração territorial atual desde 2005 (IBGE, 2014).

Observando os dados do Censo de 2010, a situação econômica de São João do Piauí, envolve uma população de mais de 19 mil e 500 pessoas, e é sustentada principalmente, pelo setor de serviços que apresenta PIB maior que da agropecuária e da indústria em uma realidade de população residente urbana totalizando 13.470 habitantes, enquanto a população residente rural é de 6.078 habitantes.

Figura 4 - Panorama da configuração espacial dos assentamentos em estudo



Fonte: Proposta de Waldirene Alves Lopes da Silva (2014)

Elaboração: Maria do Espírito Santo Abreu da Rocha -Tecnóloga em Geoprocessamento

A utilização das terras - matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou à reserva legal, ocorre em 97 de um total de 1909 estabelecimentos agropecuários do município. A utilização das terras com lavouras permanentes se dá em 140 unidades, enquanto 1788 unidades trabalham com lavouras temporárias.

Neste cenário, 476 produtores assentados, ainda estão sem titulação definitiva da terra. Esse Contexto é vivenciado pelos sujeitos que fazem a população do assentamento Marrecas, de onde buscamos as considerações de Oliveira e Luz (2008) para apresentar traços das características gerais do local.

O assentamento Marrecas surgiu em 1989 resultante do acampamento de famílias vindas principalmente dos municípios de Dom Expedito Lopes, Oeiras, Padre Marcos, Paulistana, Picos e Simões, todos municípios do semiárido piauiense. Da ocupação da Fazenda Marrecas para a legalização da posse de sua área em 30 de junho de 1994, foram cinco anos de luta e resistência.

Está a 31km da sede do município de São João e suas coordenadas geográficas são: latitude 8°11'43'' S; longitude 42°27'45''W com extensão de 10.041 h a, conferindo-lhe a presença de caatinga que brota em solos de origem sedimentar e arenosa. Aqui também se destacam seus recursos hídricos formados por 6 km do rio Piauí, um poço com vazão de 180.000 l/h, sete chafarizes que fornecem água às criações, além de três poços para abastecimento de água encanada às residências. As Fotos 5 e 6 mostram o barramento no rio Piauí e a lagoa por ele alimentada.

A Foto 5 mostra a estrutura de barramento como parte do sistema adutor de interligação do rio Piauí à Lagoa de Marrecas (representada na Foto 6). Tal sistema foi inaugurado em dezembro de 2009 para abastecimento das famílias assentadas.

Suas 277 famílias estão distribuídas nas áreas de três agrovilas assim denominadas: Agrovila I- núcleo Marrecas sede, Agrovila II- núcleo Alto Belo, Agrovila III- núcleo Capim Grosso que abrigam as residências em lotes urbanos que medem 20x40m, distribuídas em ruas, além das escolas, praças, associações e igrejas considerando o critério de prioridade de escolha para aqueles que participaram efetivamente, desde o início das ações que resultaram no assentamento. Já as áreas para cultivo e criação são compostas por lotes com extensão de 25 a 30 hectares.

Foto 5 - Barramento no leito do Rio Piauí em Marrecas.



Fonte: Acervo de Waldirene Alves Lopes da Silva (2012)

Foto 6 - Lagoa alimentada pelo Rio Piauí em Marrecas.



Fonte: Acervo de Waldirene Alves Lopes da Silva (2012)

A Foto 7 mostra uma família de assentados em um momento de colheita de feijão em seu lote produtivo, que fica localizado a aproximadamente 5 km da sede do assentamento. Todos os membros da família têm atribuições referentes ao cuidado com o lote, porém, é

comum que o chefe da família (seja ele o pai ou a mãe) tome a frente das decisões e do cuidado diário sobre o manejo. Os lotes são, também, chamados de roça.

Foto 7 - Família em momento de colheita no lote produtivo



Fonte: Acervo de Waldirene Alves Lopes da Silva (2011).

A Foto 8 acima mostra a imagem da residência de uma família assentada em Marrecas - São João do Piauí. Aqui é possível observar que as casas são construções de alvenaria, contam com fornecimento de energia elétrica e ainda com abastecimento de água que garante condições de moradia seguras e adequadas.

Quanto à organização social, existem coordenações e entidades organizativas nos três núcleos: Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Marrecas (APPAM), que foi criada em 1992 no Núcleo sede; Associação de Pequenos Produtores do Alto Belo, a APPA, no Núcleo Alto Belo e Associação de Pequenos Produtores do Capim Grosso, a APPC, criada em 1994 no Núcleo Capim Grosso. Todas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Foto 8 – Residência de família assentada



Fonte: Pesquisa direta (2011).

Quanto às coordenações, cada grupo de 10 a 15 famílias comporá um núcleo. Para cada núcleo há um coordenador. Os coordenadores de núcleo compõem a coordenação geral do assentamento, buscando sempre que seja formada por um homem e uma mulher. Em Marrecas há hoje, 13 núcleos de famílias com 26 coordenadores.

O fluxo de tomada de decisões na organicidade dos assentamentos no Piauí e, por conseguinte, nos assentamentos Marrecas e Lisbôa traz como sentido de movimentação a seguintes dinâmica: Problemática/questões-discussão-tomada de decisão.

Sobre as instâncias pelas quais passam as questões a serem debatidas, dificilmente se poderia indicar uma instância como ponto de partida ou chegada de quaisquer elementos em razão de que todas as instâncias atuam em todas as etapas do movimento sendo hora de forma propositiva, hora de forma consultiva e hora de forma deliberativa.

Além disso, como princípio, há os Setores (saúde, educação e produção) que trabalham com especificidades locais e organizam a estrutura da comunidade de forma operacional e política, gerando fluxos alternativos de trocas de diálogos e experiências que alimentam e mantêm internamente a composição do ciclo final.

O ciclo final pode ser composto por representantes escolhidos dentro dos núcleos de famílias ou pelos próprios coordenadores de núcleo e assim, estas pessoas irão compor o coletivo do setor.

A complexidade desta estrutura de organicidade, faz com que tenha abertura para apresentar desenhos tão variados quantas sejam as realidades que se mostrem no estado. Contribui definitivamente para isto, a premissa de uma lógica de organização que não se pauta na hierarquia de poderes e funções, mas antes, toma por princípios centrais a coletividade e a paridade.

Para o MST (2008), a teoria do método de direção relaciona-se à estrutura orgânica, a qual é concebida em um sentido horizontal privilegiando assim, uma democracia participativa onde a Direção estadual e o Núcleo de famílias têm a mesma importância com funções e tarefas igualmente importantes mantendo um fluxo constante de informações e ações.

A organicidade, tal como se delineia, é também parte da cultura do assentado e assim Bogo (2008), lembra que desta forma, o abstrato é concretizado para ocupar lugar no espaço, na consciência e nos sentimentos. Para isto tem grande importância, o trabalho de base.

Trabalho de base é a ação política transformadora de militantes da organização popular, em determinado território, que estimula, desperta, organiza e acompanha o povo no enfrentamento de desafios cotidianos e liga essa luta à luta geral contra opressão. (PELOSO, 2012. p. 67-68).

A base significa começo e sustentação, logo é o povo em seu movimento nos espaços, como coloca o Entrevistado 01 em sua fala:

[...] é um dos trabalhos que eu considero mais rico na militância (...). O trabalho de base é você ir pras comunidades e mobilizar outras pessoas sem terra pra conquistar a terra. Entre outras atividades, eu considero como um trabalho fundamental da militância, o trabalho de base”. (Entrevistado nº 01, 2013).

Estes são os sujeitos que formarão os coletivos de deliberação nos assentamentos e, também fora deles. É neste mesmo contexto que o Assentamento Lisbôa se configura.

A história deste assentamento também inicia em 1989, porém, no mês de outubro com a chegada de famílias de Paulistana, Simões Padre Marcos, Pio IX, Colônia do Piauí e de São João, município de onde saiu a maior parte das famílias. Com isso, instalaram o acampamento de barracos de lona e palha margeando o leito do rio Piauí.

Todavia, em virtude dessa localização inicial, as primeiras chuvas vieram alagando a área e derrubando os barracos, de onde foi necessária a transferência das famílias para dez casas e um galpão (Foto 9) já existentes na área da fazenda ocupada, como lembra o

Entrevistado nº 02 (2014), “[...] tivemos que ficar morando às vezes três famílias nessas casas bem pequeninhas que já tinha aqui e moramos até treze famílias naquele galpão ao lado”.

Foto 9 - Casa /galpão que abrigou famílias no período de acampamento em Lisboa



Fonte: Acervo particular de Waldirene Alves Lopes da Silva (2012).

Após este período, seguiram-se quatro anos de ocupações, caminhadas e outras manifestações, no sentido de chamar a atenção e discutir com os gestores a concretização do processo de assentamento das famílias. Neste período, as grandes limitações de transporte, habitação, alimentação e a repressão policial provocada por parte de fazendeiros locais, fez com que várias famílias abandonassem a luta.

Pra nós sair daqui pra ir até na Marrecas era difícil. Nós não saía uma pessoa sozinha. Tinha que ir o grupo. Mas, era sempre o pessoal jogando algumas piadas ... na cidade foi difícil o pessoal aceitar agente ... a minoria do pessoal nos apoiaram mas a maioria via nós como baderneiro... Foi difícil. (ENTREVISTADO 02, 2014).

A consolidação destes dois assentamentos torna-se emblemática no estado ao evidenciar inerentemente o processo de consolidação do MST. Este movimento social somou os traços culturais locais, a cultura de uma organicidade coletiva em contraponto a uma lógica

cultural estimuladora do individualismo e da competição forjada por décadas de opressão e submissão na região.

Porém, tal transição não se deu de maneira brusca. Necessitou de uma construção de identidade ao se estabelecerem novas relações com novos sujeitos, novos lugares e novos ambientes sociais e naturais. Devemos lembrar ainda que para que o novo exista deve haver um velho. Quase sempre é neste que se localizam as raízes da existência, estejam elas consolidadas, preservadas ou não.

Em apoio a isto, o MST se vale das conquistas realizadas no estado desde aquelas que se referem a cada frente de atuação até as parcerias consolidadas com outros movimentos sociais e com o próprio Estado para seguir fomentando o processo de resistência à concentração fundiária e desvalorização do campo e do modo de vida camponês no Piauí e no Brasil.

Conclusão

Diante do que foi debatido neste texto, faz-se importante apontar que o Estado do Piauí acompanhou a lógica de colonização do país, e que em razão disso traz em sua configuração marcas nítidas de tal trajetória. Para entendermos isto, basta que atentemos para o cenário conjuntural que estimulou a organização de famílias expropriadas de terras para aderirem aos processos de ocupação que o MST promoveu nos anos 90 do século XX.

O MST iniciou sua atuação no estado do Piauí na região de condições naturais mais duras e, também, de povoamento mais antigo (pois que a primeira capital do estado foi onde hoje se encontra o município de Oeiras) em pleno sertão piauiense. Assim, este movimento social aplicou seus princípios e organicidade apresentando uma forma de chamar a atenção dos gestores para que vissem a concentração fundiária estabelecida em suas consequências concretas. Tais consequências envolviam a pouca oferta de água superficial, de solo raso, temperaturas elevadas e ocorrências de secas cíclicas, demandando uma infraestrutura mínima como poços, açudes e acesso às águas do rio Piauí para uso pessoal, nas lavouras e com os criatórios. Cabe aqui destacar que, mesmo nesta paisagem semiárida que engloba mais da metade dos municípios piauienses, o povoamento foi aí estabelecido historicamente até os dias atuais com a presença da agricultura e pecuária como atividades econômicas praticáveis desde que apoiadas em infraestrutura adequada.

Os Movimentos sociais do campo em geral e, o MST especificamente, sabem disso e assim, trabalharam aqui a construção de uma identidade e uma lógica capazes de romper com

o ciclo de concentração fundiária e com a relação de combate ao semiárido. São exemplos disso os Assentamentos aqui estudados: Marrecas e Lisboa.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. G.; NUNES, M. C. P. Vilas e cidades do Piauí. In. SANTANA, R. N. M. (Org) **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil, potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALENCAR, M. T. Caracterização da macrorregião do semiárido piauiense. In. SILVA, C. M. S.; LIMA, E. S.; CANTALICE, M. L.; ALENCAR, M. T.; SILVA, W. A. L. (org.) **Semiárido piauiense: educação e contexto**. Campina Grande-PB: Triunfal Gráfica e Editora, 2010.

ALENCAR, M. T.; RODRIGUES, A. M. A.; CASTRO, G. R. **Espacialização dos assentamentos rurais no semiárido piauiense**. In. XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012.

BANDEIRA, W. J. A nova dinâmica do setor rural piauiense. **Carta Cepro**, Teresina, v.15. n. 1, p. 46 a 55, jan-jun. 1994.

BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia física do Piauí**. 2. ed. Teresina – PI: COMEPI, 1981.

BOGO, A. A organicidade como parte da cultura. In: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2008.

BRANDÃO, A. M. P. M. B.; MONTE, I. G. **Piauí: caracterização do quadro natural**. Teresina: Fundação Cepro, 1996.

BRASIL, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP: síntese executiva: Território Serra da Capivara** / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. – Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda, 2006.

CAMARGO, L. H. R. **A ruptura do meio ambiente** conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

FUNDAÇÃO CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Atlas do Piauí**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

GERALDI, J. **Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/318/278>>. Acesso em 6 de março de 2014.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-gemorfológico.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LIMA, I. M. M. F. Relevo piauiense: uma proposta de classificação. **Carta CEPRO.** Teresina, v. 12, n. 2, p. 55-84, agosto/dezembro 1987.

MARTINS, A. S. et. al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.** 3. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2008.

NUNES, M. C. P.; ABREU, I. G. **Vilas e cidades do Piauí.** In: SANTANA, R. N. M. (org.). Piauí: Formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

OLIVEIRA, M. E.; LUZ, K. S. **Aspectos socioeconômicos do assentamento Marrecas.** In: NASCIMENTO, M. P. S. C. B. (Ed.). Plantas do semiárido: conhecimento e usos no assentamento. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2008.

PELOSO, R. (Org). **Trabalho de base:** seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão popular, 2012.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido, transições paradigmáticas e sustentabilidade.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

VASCONCELOS, J. M.; MONTEIRO, M. S. L. As políticas no semiárido piauiense na década de 90: uma discussão sobre a dimensão econômica da sustentabilidade. In: LOPES, W. G. R. (org.). **Sustentabilidade do semiárido.** Teresina-PI: EDUFPI, 2009. p. 19-44.